

## Relatório da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos a apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de Junho de 2013 e 2012, da Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A e Action S/A Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

### Histórico

A Cotação DTMV S/A e Action S/A DTMV, empresas do Conglomerado Rendimento, estão presentes no mercado de câmbio turismo, desde 1989, com matrizes em São Paulo e atuação nas principais capitais e cidades do Brasil. Realizam operações de compra e venda de papel moeda, travellers cheques e/ou cartão pré-pago internacional Rendimento Visa Travel Money, com segurança e comodidade, para mais de 1 milhão de clientes. Através do Banco Rendimento, a Cotação DTMV S/A, também, realiza transferências internacionais e compra de cheques em moeda estrangeira. A Cotação DTMV S/A detém o Certificado Internacional de Qualidade (ISO), evidenciando, desta forma, a constante preocupação em oferecer serviços de qualidade aos seus clientes em suas viagens ao exterior.

### Índice da Basileia

A apuração do índice, segundo a Resolução 3.490/07 do Conselho Monetário Nacional, é elaborada de forma consolidada para o Conglomerado Rendimento, cujo resultado em Junho de 2013 foi de 14,37%.

### Controles Internos, Riscos e Governança Corporativa

A Cotação DTMV S/A e a Action S/A DTMV, participam da estrutura de Governança Corporativa e controles internos do Conglomerado Rendimento, aderentes às exigências da Resolução 2.554/98, do Conselho Monetário Nacional. Na estrutura de Controles Internos, se destaca o Comitê de Riscos e Controles Internos, onde participam, entre outros, a área de Compliance, Auditoria Interna e Diretoria.

A estrutura de Governança abrange as Áreas de Compliance, Auditoria Interna, Riscos Operacional e Legal (Resolução 3.380/06), de Mercado (Resolução 3.464/07), de Liquidez

## Balancos patrimoniais em 30 de junho de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas	2013	2012
<b>Circulante</b> .....		<b>41.804</b>	<b>19.352</b>
<b>Disponibilidades</b> .....	3	30.878	11.866
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez</b> .....	4	3.881	1.639
Aplicações em operações compromissadas.....		3.881	1.639
<b>Outros créditos</b> .....	6	6.640	4.503
Diversos.....		6.640	4.503
<b>Outros valores e bens</b> .....		405	1.344
Despesas antecipadas.....		405	1.344
<b>Realizável a longo prazo</b> .....		<b>30.051</b>	<b>17.932</b>
<b>Outros créditos</b> .....	6	28.841	17.932
Diversos.....		28.841	17.932
<b>Outros valores e bens</b> .....		1.210	-
Despesas antecipadas.....		1.210	-
<b>Permanente</b> .....		<b>12.185</b>	<b>13.218</b>
<b>Investimentos</b> .....		1.465	4.874
Participação em controladas.....		1.434	4.842
Títulos patrimoniais.....			
Outros investimentos.....		31	25
<b>Imobilizado de uso</b> .....		22	22
Outras imobilizações de uso.....		14.935	13.185
(Depreciações acumuladas).....		(6.773)	(5.451)
<b>Diferido</b> .....	8	120	310
Gastos em imóveis de terceiros.....		1.833	1.833
Gastos com locacionais.....		1	1
(Amortização acumulada).....		(1.714)	(1.524)
<b>Intangível</b> .....		2.416	278
Outros ativos intangíveis.....		3.275	1.001
(Amortização acumulada).....		(859)	(723)
<b>Total do ativo</b> .....		<b>84.040</b>	<b>50.502</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

	Reservas de Lucros			Lucros acumulados	Total
	Capital	Reserva legal	Reserva especial de lucros		
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b> .....	<b>8.170</b>	<b>2.381</b>	<b>6.337</b>	-	<b>16.888</b>
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	4.535	4.535
Constituição de reserva especial.....	-	-	4.035	(4.035)	-
Distribuição de dividendos.....	-	-	-	(500)	(500)
<b>Saldos em 30 de junho de 2012</b> .....	<b>8.170</b>	<b>2.381</b>	<b>10.372</b>	-	<b>20.923</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2012</b> .....	<b>8.170</b>	<b>1.681</b>	<b>13.177</b>	-	<b>23.028</b>
Aumento de capital.....	4.331	-	(4.331)	-	-
Lucro líquido do semestre.....	-	-	-	6.080	6.080
Constituição de reserva legal.....	-	304	-	(304)	-
Distribuição de dividendos.....	-	-	(4.700)	-	(4.700)
Distribuição de juros sobre o capital.....	-	-	-	(500)	(500)
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b> .....	<b>12.501</b>	<b>1.985</b>	<b>4.146</b>	<b>5.276</b>	<b>23.908</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais)

**1. Contexto operacional** - A Cotação Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S/A, empresa constituída em 12 de julho de 1967 ("Distribuidora"), está voltada basicamente para operações no mercado financeiro de câmbio com taxas flutuantes. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro nacional e internacional. Certas operações têm a coparticipação ou a intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos em conjunto ou individualmente.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras** - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações Lei nº 6.404/76, alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e normas do Banco Central do Brasil - BACEN, e estão sendo apresentadas de acordo com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional - COSIF. As estimativas contábeis são determinadas pela Administração, considerando fatores e premissas estabelecidas com base em julgamentos. Itens significativos, sujeitos a essas estimativas e premissas, incluem as provisões para ajuste dos ativos ao valor provável de realização ou recuperação, as provisões para perdas, as provisões para contingências, marcação ao mercado de instrumentos financeiros, os impostos diferidos, entre outros. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Administração revisa as estimativas e premissas, pelo menos, semestralmente.

**3. Sumário das principais práticas contábeis** - **a) Apuração do resultado** - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/08 inclui dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias na data da aplicação. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Operações de câmbio** - As operações são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais (em base pro rata dia) auferidas. **e) Imobilizado, diferido e intangível** - Correspondem aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos e incorpóreos, destinados à manutenção das atividades da Sociedade ou exercido com essa finalidade. Os bens do ativo imobilizado (bens corpóreos) estão registrados ao custo de aquisição. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 20% a.a. para veículos e sistemas de processamento de dados, 4% para imóveis de uso e 10% a.a. para os demais itens. O ativo diferido é composto por beneficiárias em imóveis de terceiros, com amortizações anuais de 10%. A partir de 30 de setembro de 2008, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução nº 3.617/08, as instituições financeiras devem registrar no ativo diferido, exclusivamente, as despesas pré-operacionais e os gastos de reestruturação que contribuirão, efetivamente, para o aumento do resultado de mais de um semestre social e que não configurem tão somente redução de custos ou acréscimo na eficiência operacional, facultando a permanência dos saldos existentes naquela data até a sua efetiva baixa. Os ativos intangíveis representam os direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (Impairment)** - O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período/semestre, conforme previsto na Resolução nº 3.566/08. Os valores dos ativos não financeiros são revisados anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **g) Imposto de renda e contribuição social** - As provisões para o imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), quando devidas, são calculadas com base no lucro ou prejuízo contábil, ajustado pelas adições e exclusões de caráter permanente e temporária, sendo o imposto de renda determinado pela alíquota de 15%, acrescida de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240 no exercício (R\$120 no semestre) e a contribuição social pela alíquota de 15%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídos e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da administração. **h) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos

(Resolução 2.804/00), do Crédito (Resolução 3.721/09), e procedimentos de Prevenção a Crimes de Lavagem de Dinheiro, conforme Circular 3.461/09. A gestão de riscos e de controles internos envolve um conjunto integrado de procedimentos e ações internas, visando mitigar possíveis perdas nas operações de câmbio e outras afins, descausamento de prazos e moedas em suas operações, falhas em processos e situações decorrentes de gestão de liquidez. A gestão de riscos obedece aos dispositivos legais e normativos, e possui estrutura própria e independente, apartada das áreas comprometidas com resultados.

### Risco Operacional

A Cotação DTMV S/A e a Action S/A DTMV, se utilizam da estrutura do Conglomerado Rendimento que, em atendimento às exigências da Resolução 3.380/06, do Conselho Monetário Nacional, após aprovação pela Diretoria, implementou a Política Institucional de Gerenciamento de Risco Operacional, com estrutura constituída sob a forma de Comitê, vinculada diretamente à Diretoria da Instituição, tendo sido cumpridas todas as etapas previstas na circular regulamentação.

A gestão do risco operacional, compreendida por processos, procedimentos e políticas, institucionalizados através do Manual de Controles Internos, é fundamental para a preservação do patrimônio das instituições e tem por objetivo a prevenção de perdas decorrentes de fraudes, erros e descontinuidade de negócios.

### Ouidoria

No que tange ao Direito do Consumidor, as referidas Instituições, atendendo ao disposto na Resolução 3.477/07, alterada pela Resolução 3.849/10, do Conselho Monetário Nacional, implantou em 2007, a Ouidoria e tem como função essencial ser canal de comunicação entre as Empresas e seus clientes, buscando solucionar as questões não resolvidas em outros canais das Instituições, inclusive na mediação de conflitos, bem como propor à Diretoria medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas. O dispositivo de Ouidoria, constituído em conformidade aos normativos do Banco Central do Brasil, dispõe de atuação independente das respectivas áreas de negócios, proporcionando um relacionamento aberto e público de imparcialidade das instituições com Clientes, "Stakeholders" e com o provedor em geral.

Tal dispositivo atende às manifestações recebidas através do Banco Central do Brasil, Órgão de Defesa do Consumidor, imprensa, cartas, telefones e e-mail.

### Risco de Mercado e Liquidez

A Cotação DTMV S/A e a Action S/A DTMV, seguindo as normas contidas na Resolução 3.464/07, do Conselho Monetário Nacional, implementaram uma estrutura para Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez integrada à estrutura de Gestão de Riscos Operacionais onde possui um escopo diferenciado e focado no controle da variação do valor de mercado das suas posições.

A estrutura de Gerenciamento de Risco de Mercado e Liquidez deve identificar, monitorar e controlar os riscos associados às perdas decorrentes da flutuação nos valores de mercado das posições detidas pelo Conglomerado. Esta gestão envolve, principalmente, os riscos das operações sujeitas à variação cambial. O Comitê de Gestão de Risco de Mercado e Liquidez se reúne periodicamente, conforme calendário divulgado, previamente, e delibera sobre os assuntos pertinentes aos respectivos riscos, em conformidade com políticas internas assessoradas definitivas.

### Prevenção à "Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo"

A Cotação DTMV S/A e a Action S/A DTMV contam com programa desenvolvido para evitar e combater o uso de seus produtos e serviços na "lavagem" de dinheiro, oriundo de atividades ilícitas, inclusive os ligados aos casos de corrupção e terrorismo. Para tanto, possui políticas, processos e sistemas de controle de prevenção à lavagem de dinheiro. A participação frequente da alta administração na prevenção e detecção à "lavagem" de dinheiro assegura o alinhamento entre as diversas áreas e atividades, das instituições, com a realização de reuniões periódicas, visando avaliar o andamento dos trabalhos e a adoção de medidas necessárias para mantê-los em linha com os procedimentos adotados pelo Conglomerado e com as melhores práticas internacionais no que se refere à prevenção e combate à "lavagem" de dinheiro e financiamento ao terrorismo. Nas políticas "conheça seu cliente" e "conheça seu funcionário", os investimentos em treinamento, processos e sistemas de controles e monitoramento de operações, permitem a identificação tempestiva de situações atípicas que, depois de analisadas por especialistas, são enviadas para deliberação da alta administração quanto à pertinência de

## Demonstrações do resultado

Semestres findos em 30 de junho de 2013 e 2012 (Valores expressos em milhares de reais, exceto Lucro líquido por ação)

	Notas	2013	2012
<b>Receitas da intermediação financeira</b> .....		<b>53.292</b>	<b>43.448</b>
Rendas de aplicações interfinanceiras de liquidez.....		-	130
Resultado de títulos e valores mobiliários.....		208	9
Resultado de operações de câmbio.....		53.084	43.309
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b> .....		<b>53.292</b>	<b>43.448</b>
<b>Outras receitas / (despesas) operacionais</b> .....		<b>(43.424)</b>	<b>(37.230)</b>
Receitas de prestação de serviços.....		1.280	260
Despesas de pessoal.....	16	(21.059)	(18.730)
Resultado de equivalência patrimonial.....		406	2.154
Outras despesas administrativas.....	17	(21.032)	(18.770)
Despesas tributárias.....		(2.970)	(2.216)
Outras despesas/receitas operacionais.....		(49)	72
<b>Resultado operacional</b> .....		<b>9.868</b>	<b>6.218</b>
<b>Resultado não operacional</b> .....		<b>(464)</b>	<b>(40)</b>
<b>Resultado antes da tributação e da participação sobre o resultado</b> .....		<b>9.404</b>	<b>6.178</b>
Provisão para imposto de renda.....	12	(1.992)	(977)
Provisão para contribuição social.....	12	(1.220)	(615)
Participações estatutárias no lucro.....	12	(112)	(50)
<b>Lucro líquido do semestre</b> .....		<b>6.080</b>	<b>4.536</b>
<b>Lucro líquido por ação (em R\$)</b> .....		<b>5,20</b>	<b>3,88</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

c) Diversas	2013	2012
<b>Descrição</b>		
Circulante		
Provisão para pagamentos a efetuar	4.657	3.784
Valores a pagar - Sociedades ligadas (Nota 12a)	209	316
Créditos diversos - País (i)	5.105	2.228
	<b>9.971</b>	<b>6.328</b>

Exigível a longo prazo		
Passivo trabalhista.....	500	40
	<b>500</b>	<b>40</b>
<b>Total</b> .....	<b>10.471</b>	<b>6.368</b>

(i) Operações de câmbio pendentes de liquidação.

### 11. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Reconhecimento do imposto de renda e contribuição social para o semestre findo em 30 de junho de 2013 e 2012

Descrição	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Lucro antes do imposto de renda, da contribuição social e de participações no lucro</b> .....	<b>9.404</b>	<b>9.404</b>	<b>6.178</b>	<b>6.178</b>
<b>Adições:</b>	<b>3.180</b>	<b>3.114</b>	<b>2.284</b>	<b>2.284</b>
Provisão para riscos fiscais.....	2.577	2.577	2.151	2.151
Contingências trabalhistas.....	120	120	40	40
Outras contingências.....	60	60	-	-
Remuneração variável de dirigentes.....	110	44	-	-
Outras.....	313	313	93	93
<b>Exclusões:</b>	<b>1.211</b>	<b>1.211</b>	<b>2.204</b>	<b>2.204</b>
Resultado de equivalência patrimonial.....	406	406	2.154	2.154
Participações estatutárias no lucro.....	112	112	50	50
Reversão de provisões indevidadas.....	202	202	-	-
Outras.....	491	491	-	-

Base do imposto de renda e de contribuição social	2013		2012	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Imposto de renda e contribuição social</b> .....	<b>11.373</b>	<b>11.307</b>	<b>6.258</b>	<b>6.258</b>
(2.831) (1.695) (1.553) (939)				
Dedução de incentivos fiscais.....	71	-	38	-
Imposto de renda e contribuição social.....	(2.760)	(1.695)	(1.151)	(939)
Impostos diferidos.....	769	474	538	323

**Total do imposto de renda e de contribuição social**..... (1.991) (1.221) (977) (616)

**b) Créditos tributários** - Os créditos tributários do imposto de renda e da contribuição social foram constituídos com as diferenças temporariamente indevidadas. Em atendimento ao requerido pela Resolução nº 3.059 de 20 de dezembro de 2002, alterada pela Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, ambas do Banco Central do Brasil, o incremento a reversão ou a manutenção dos créditos tributários deverá ser avaliada, periodicamente, tendo como parâmetro a apuração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique os valores registrados. Os créditos tributários apresentaram a seguinte movimentação:

Descrição	Saldo 31/12/2012		Constituições		Realizações		Saldo 30/06/2013	
<b>Diferenças temporárias</b>								
Provisão para riscos fiscais.....	6.515	1.031	-	-	-	-	7.546	7.545
Provisão para contingências.....	-	212	-	-	-	-	212	212
<b>Total</b> .....	<b>6.515</b>	<b>1.243</b>	-	-	-	-	<b>7.758</b>	<b>7.758</b>

Os créditos tributários serão compensados dentro do prazo permitido pela Resolução nº 3.355. A compensação depende da natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indevidadas. A Distribuidora não apresenta prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social. Créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

	2013	2014	2015	2016	2017	Total
Alargamento de base PSV/COFINS.....	-	-	-	-	-	7.545
Contingências trabalhistas.....	-	-	-	-	-	185
Bônus de diretoria.....	-	-	-	-	-	12
Outros.....	-	-	-	-	-	16
	-	-	-	-	-	<b>7.758</b>

A Administração, com base nas suas projeções de resultados, considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras.

### 12. Transações com partes relacionadas

Descrição	2013		2012	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>Banco Rendimento S.A</b>				
Bancos privados conta depósitos.....	1.715	2.138		
Disponibilidade em moeda estrangeira.....	18.186	699		
Aplicações interfinanceiras de liquidez.....	3.881	1.639		
Valores a receber de sociedades ligadas.....	14	12		